

FESTEJOS A SANTO ANTÔNIO EM VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE (1772-1789)

CELEBRATIONS OF SAINT ANTHONY IN VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE (1772-1789)

Gilian Evaristo França Silva¹

RESUMO: Neste artigo analisamos a realização de festejos em honra a Santo Antônio, em Vila Bela da Santíssima Trindade, capitania de Mato Grosso, no período de 1772 a 1789. Essas manifestações culturais foram promovidas pela Irmandade Militar de Santo Antônio de Lisboa, constituída na década de 1780, composta por militares, e que tinha como fundador e provedor o Governador e Capitão-General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Consideramos as festas religiosas como importantes para a produção de identidades representativas dos grupos sociais, com suas sociabilidades, a exemplo do ocorrido com os militares e sua irmandade nos festejos a Santo Antônio.

Palavras-chave: Santo Antônio, irmandade, festejos.

ABSTRACT: In this article the celebration of the festivities in honor of St. Anthony in Vila Bela da Santíssima Trindade, the captaincy of Mato Grosso, are analysed in the time period between 1772 and 1789. These cultural events were organized by the Military Brotherhood Santo Antonio de Lisboa. The brotherhood was formed in the late 1780 by the militaries, and had the Governor and Captain-General Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Caceres as its founder and trustee. The religious festivals were important in the formation of representational identities of social groups and their sociability, as can be observed in the example of the relations of the military and their brotherhood in the festivities to St. Anthony.

Keywords: Santo Antônio, fellowship, celebration.

¹ Doutor em História, pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Docente de História, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT / Campus Cuiabá – Cel. Octayde Jorge da Silva. E-mail: gilian.his@gmail.com.

Introdução

Neste artigo analisamos a realização de festejos a Santo Antônio, na vila-capital Vila Bela da Santíssima Trindade, capitania de Mato Grosso. Essas práticas culturais foram promovidas pela Irmandade Militar de Santo Antônio, constituída na década de 1780. A descrição e análise dos festejos dedicados a Santo Antônio possibilitou desenhar um universo correspondente à identidade do grupo social dos militares. O recorte temporal privilegiado é o do governo do Governador e Capitão-General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1772-1789), período em que foi fundada a Irmandade de Santo Antônio, de cunho religioso e feição militar. Luís de Albuquerque nasceu na freguesia de São Salvador da Vila do Ladário, no dia 21 de outubro de 1739. Em maio de 1771, por indicação do Marquês de Pombal, foi eleito pelo rei D. José I para governar a capitania de Mato Grosso. Cinco meses mais tarde, após intensos preparativos, Luís de Albuquerque embarcou, no porto de Lisboa, no navio “Santa Ana-Carmo-São José”, no dia 12 de outubro de 1771. Após 51 dias de viagem desembarcou no Rio de Janeiro, onde permaneceu durante seis meses, tempo considerado necessário para o preparo da longa jornada que teria que enfrentar até a capitania de Mato Grosso (AMADO & ANZAI, 2014, p. 76-128).

O governo albuquerqueino foi uma das fases de maiores embates com os súditos de Castela na fronteira, sobretudo pela demarcação dos limites territoriais das colônias ibéricas na América, conforme orientava os Tratados de Limites estabelecidos na segunda metade do século XVIII, o Tratado de Madri (1750) e o Tratado de Santo Ildefonso (1777). Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres destacou-se por suas iniciativas em edificar, construir e habitar regularmente espaços mais extremos a oeste e que serviram como marcos dos domínios portugueses. Nessa direção geopolítica foram fundadas e construídas fortificações, arraiais, vilas e povoações, além do reforço militar.

Forças militares da América Portuguesa: produção de identidades

A formação de irmandades militares na América portuguesa estava relacionada com o desenvolvimento e produção dos grupos de defesa desse espaço, integrados às demais unidades militares do Império lusitano. Entretanto, até o século XVII as atenções metropolitanas relacionadas às forças militares e recursos bélicos estavam voltadas para a Índia. No espaço luso-americano, os cargos militares não eram bem remunerados, além de

serem escassos e sem honra, onde a morte de europeus pelos índios não era considerada tão digna como a morte em campos de batalha na Índia ou na África (SILVA, 2008, p. 260).

Existiu ainda o fator demográfico como importante nesse aspecto, pois era preciso contar com um significativo contingente de homens para o serviço militar no ultramar, o que não era o caso português. Mas isso não impediu que a Coroa criasse condições para resolver a questão do recrutamento de soldados, valendo-se dos diferentes povos da Ásia, da América e da África, e de suas diferenças, para compor o quadro militar do Império. Foram realizados acordos de cooperação, de caráter militar, criando-se cargos de chefes militares entre a população local, resultando num maior conhecimento dessas localidades coloniais e diminuindo a inferioridade numérica portuguesa (SILVA, 2008, p. 264-265). Mesmo assim, eram muitas as dificuldades no custeamento das despesas da manutenção das tropas pagas, regulares, fazendo com que a Coroa investisse mais em regiões estratégicas ou de clara tensão, a exemplo das terras mineradoras, como a capitania de Minas Gerais (GOMES, 2010, p. 107), Goiás e Mato Grosso.

As unidades militares regulares só tardiamente foram implantadas na América portuguesa, a exemplo do primeiro regimento de infantaria regular, que chegou à Bahia em 1625, com a expedição que reconquistou a cidade de Salvador aos Holandeses (BOXER, 2012, p. 300-301). Essas tropas eram as únicas profissionais, permanentes e pagas, consistindo em terços e companhias de infantaria, aos quais foram posteriormente acrescentados corpos de artilharia. Além do escasso envio de contingentes reinóis, os soldados dessas tropas de linha eram recrutados forçosamente, dentre os quais degredados, ciganos, criminosos, homens livres pobres e mestiços (GOMES, 2010, p. 103-104). Cabe ainda destaque, a coexistência de soldados brancos e de cor nesses regimentos regulares (BOXER, 2012, p. 301).

Outro grupo, as milícias e corpos de ordenanças consistiam em tropas de caráter local, formadas entre os próprios moradores dos lugares em que eram produzidas e que deveriam custear suas armas e fardas, além de praticar exercícios semanais, sendo mobilizadas em caso de necessidade. Essas milícias eram também chamadas de terços auxiliares ou tropas de segunda linha, responsáveis pela defesa e manutenção da posse territorial. Elas se organizavam em terços e companhias de infantaria e cavalaria, a partir de categorias de cor e classe da população (GOMES, 2012, p. 107), sendo cada companhia comandada por um oficial da mesma cor dos seus homens (BOXER, 2012, p. 301).

Já os terços de Henriques e Pardos foram criados no século XVII, nas capitanias do Norte, sobretudo em Pernambuco. Eram milícias auxiliares de negros e mulatos escravos e libertos, comandadas por homens de cor. Sua criação se deu numa conjuntura de domínio castelhano na Europa e dos graves ataques de ingleses e holandeses no Índico e no Atlântico Sul (SILVA, 2008, p. 265). A presença desses homens de cor na América decorria do próprio tráfico de escravos, que deslocou milhões de negros de um para outro lado do Atlântico. Porém, notadamente depois do século XVII, muitos foram os que escaparam do cativeiro e construíram uma camada social de homens livres de cor, que integraram unidades militares, recrutados como furriéis, alferes, sargentos-mores e mestres-de-campo dos terços de Pretos e Pardos (Idem, p. 270).

Na fronteira Oeste da América portuguesa, em 1722 foi criada uma Companhia de Hussares, que era de cavalaria. Na década de 1750, dispunha de uma Companhia de Dragões, uma Esquadra de Pedestres e seis Companhias de Ordenanças. O Governador e Capitão-General Luís Pinto de Sousa Coutinho relatou ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o estado das forças militares da capitania de Mato Grosso e Cuiabá, discorrendo sobre o cumprimento das determinações régias, em especial, sobre o projeto de um novo Corpo de Milícias. Nesse projeto estava previsto, de acordo com um conjunto de determinações expedidas nos anos de 1757 e 1758, que essas tropas comportariam indígenas, mencionando-se o uso dos índios Bororo (AHU – Mato Grosso. Caixa 14. Doc. 854).

Contudo, alertava Luís Pinto de Sousa Coutinho que a referida nação indígena encontrava-se quase aniquilada ou seus membros dispersos, assim como os índios de outras nações que ainda não se achavam aldeados. A distribuição dos indígenas seria feita, segundo Coutinho, nas Companhias das Ordenanças, com seus oficiais próprios. Ao mesmo tempo, dizia o governador que reformaria as Companhias de Ordenanças, por faltar a elas “ordem e polícia” sobretudo na ocasião da criação do Corpo de Milícias, “porque assim o pede a situação de um governo que é fronteiro dos Domínios Espanhóis” (AHU – Mato Grosso. Caixa 14. Doc. 854).

Na década de 1760, a capitania de Mato Grosso apresentava o seguinte corpo militar: soldados brancos da Companhia da Ordenança; soldados dos homens bastardos, que são filhos de índias com brancos, da Companhia da Ordenança; soldados pretos da Companhia da Ordenança; soldados pardos da Companhia de Ordenança; soldados da Companhia de Dragões; soldados Aventureiros e Pedestres (AHU – Mato Grosso. Caixa 12. Doc. 739).

Existiu também a Legião de Auxiliares de Milícias, com duas Companhias de Granadeiros, quatro Companhias de Fuzileiros, uma Companhia de Caçadores, uma Companhia de Hussares. Ainda nessa fase, formou-se uma Companhia do Mato, com um capitão, um alferes, dois trilhadores e vinte soldados. Na década de 1770 foi formado o Corpo de Milícia dos Bororos e o Corpo Auxiliar dos Voluntários. E no começo do século XIX, em 1808, foi criada a Companhia Franca dos Leais Cuiabanos, que recebiam metade do soldo dos soldados Pedestres, mas que em 1809 foi transformada em Regimento das Milícias, contando em sua organização com uma Companhia dos Granadeiros, uma Companhia dos Caçadores, oito Companhias de Fuzileiros e um Esquadrão de Cavalaria (JESUS, 2011, p. 219-221).

Os militares da capitania de Mato Grosso e Cuiabá tiveram no século XVIII várias capelas para se reunirem, em especial as que estavam localizadas nas fortificações e destacamentos da fronteira. Ocuparam ainda a capela de Nossa Senhora da Esperança, na povoação de Casalvasco, na comarca eclesiástica do Mato Grosso e a igreja de Santo Antônio, em Vila Bela da Santíssima Trindade. Esta última foi a escolhida para a espacialização da Irmandade Militar de Santo Antônio de Lisboa, na década de 1780.

A irmandade militar de Santo Antônio

Reuniram-se aos quinze dias de fevereiro de mil setecentos e oitenta e cinco anos, em Vila Bela da Santíssima Trindade, no palácio dos Governadores e Capitães-Generais, os ocupantes dos cargos de direção e demais membros de Mesa da Irmandade Militar de Santo Antônio de Lisboa para a aprovação e assinatura do compromisso que serviria para reger essa confraria militar. Após a elaboração dos seus estatutos ou compromissos, esse conjunto de normas foi remetido à Mesa da Consciência e Ordens, obtendo aprovação e confirmação no ano de 1785 (ACBM/IPDAC Pasta 55 – nº 1067).

A Irmandade de Santo Antônio foi criada pela iniciativa do Governador e Capitão-General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, que governou a capitania de Mato Grosso de 1772 a 1789. O referido governador se empenhou bastante para que fosse formada uma irmandade em honra a Santo Antônio, além de promover todos os anos nos mês de junho suas festividades, também como devoto do santo, assim como todos os militares que se ocupavam da guarnição do Império lusitano.

Apesar de Santo Antônio figurar como grande patrono das forças militares da capitania de Mato Grosso era Nossa Senhora da Esperança a santa de devoção do Governador

e Capitão-General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres e de sua família, da região de Almeida, em Portugal. Contudo, não se localizou informações sobre a formação de alguma irmandade dedicada à santa na capitania de Mato Grosso, no governo albuquerqueiro, mas em Casalvasco foi construída uma capela em sua homenagem, que em 1785 recebeu “benção e sagração” pelo vigário da vara e da igreja da comarca eclesiástica do Mato Grosso. Estiveram presentes o Governador e Capitão-General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, ministros, ajudante-de-ordens, secretários do governo, oficiais das demarcações reais, militares e nobreza da terra. Para a ocasião, Luís de Albuquerque mandou confeccionar “medalhas ou verônicas de prata, com a imagem da Senhora da Esperança, que com laços de boa fita puseram todos ao peito” (AMADO & ANZAI, 2006, p. 253). Mandava Luís de Albuquerque, nos meses de setembro, celebrar-se na capela real de Casalvasco, a festividade de Nossa Senhora da Esperança, sua padroeira, com a magnificência possível. Promoviam missas cantadas, procissões, jantares, com noites marcadas pelas luminárias, bem como peças de teatro e ópera, como “O Alecrim e Mangerona” (Idem, p. 270).

Mas o destaque para Santo Antônio está relacionado à sua trajetória. Nasceu em meados do século XII, com nome de batismo Fernando Martins de Bulhões, numa Lisboa recém reconquistada dos mouros, consolidando-se como uma cidade de posse dos cristãos. Aos vinte anos, Fernando Martins de Bulhões professou na Ordem dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho, em Lisboa, no Mosteiro de São Vicente de Fora, onde realizou seus estudos teológicos. Depois rumou a Coimbra, para o mosteiro de Santa Cruz, onde sendo já sacerdote tomou o hábito franciscano em 1220. Nesse momento Fernando mudou seu nome de batismo para Antônio e foi viver com outros frades no eremitério de Santo Antão dos Olivais. Como grande pregador, Santo Antônio percorreu diversas regiões da Itália, entre 1223 e 1225, servindo ainda de Teologia em Bolonha, Montpellier e Toulouse. Em 1226, vivendo em Pádua, começou por fazer sermões dominicais, mas logo de dentro da igreja passou para os adros falando às multidões que não pararam de aumentar. Logo não demoraram os relatos de milagres e graças conseguidas através da intercessão de Antônio. Faleceu em 13 de junho de 1231 e canonizado como santo no ano seguinte, em 1232.

Durante a Guerra da Restauração (1640-1668), os soldados portugueses atribuíram a Santo Antônio muitos dos êxitos de suas ações militares, fazendo com que D. Pedro II, por alvará de 24 de Janeiro de 1668, determinasse que “por tão patriótico serviço” Santo Antônio fosse alistado como praça no Regimento de Infantaria de Lagos. Alguns anos depois, em 12 de Setembro de 1683, D. Afonso VI promoveu o mesmo santo ao posto de capitão. Neste

posto, Santo Antônio recebia um soldo de 10.000 réis, garantido até 1779, quando passou a receber 15.000 réis. Todos os soldos pagos a Santo Antônio eram pontualmente entregues à sua irmandade no reino, até que uma determinação do Marquês de Pombal fizesse com que ele servisse gratuitamente no seu posto de santo-capitão, o que só se alteraria depois com o reinado de D. Maria I, quando voltou a receber seus soldos por ser o “mais antigo dos reais exércitos” (AHM. 3ª Divisão. 29ª Seção. Assuntos Religiosos. Santo Antônio. Caixa 01. Doc 38).

Os soldos referentes ao pagamento a Santo Antônio, pela ocupação de cargos militares em vários regimentos do Reino, foram revertidos para suas irmandades, sobretudo para o financiamento das trezenas, celebrações e festividades em honra a esse patrono militar. Os valores arrecadados pelos regimentos serviam ainda para, entre outros, a compra de cera do sepulcro, tochas, pagamento dos pregadores, música, aluguel de madeiras, armação para o coreto, concerto de bancos, luminárias, azeite, papel (AHM. 3ª Divisão. 29ª Seção. Assuntos Religiosos. Caixa 01. Doc 42).

Santo Antônio de Lisboa foi escolhido como o advogado e tutelar patrono de todos os corpos militares da capitania de Mato Grosso e Cuiabá, pois os soldados dragões e pedestres da guarnição já o tinham elegido para essas funções. Assim, começaram a construir a igreja dedicada ao santo, em Vila Bela, iniciada e acabada no governo de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, que fez o possível para custear e deixar a igreja ornada, com “alfaias de prata, imagens e ornamentos de damasco de ouro” (ACBM/IPDAC Pasta 55 – nº 1067).

A construção da igreja de Santo Antônio na vila-capital serviu para a celebração anual da festa e trezena do santo, momento em que se elegiam o Juiz e mais oficiais de Mesa da irmandade, para administrarem não apenas as celebrações e festividades em honra ao referido orago, mas também dos bens, alfaias e do próprio templo. A irmandade foi ereta por leigos, irmãos soldados e oficiais que anualmente atuam no serviço real, sendo aprovada e confirmada pela Mesa da Consciência e Ordens como uma irmandade da “real e imediata proteção de Sua Majestade”, à semelhança da Misericórdia de Lisboa.

A capela de Santo Antônio recebeu essa mercê por ser um templo próprio dos militares. No Império, todas as igrejas e capelas militares, presentes nas fortificações ou não, recebiam a mercê de serem consideradas como templos da “real proteção” de Sua Majestade. Construída a partir das esmolas dadas pelos oficiais da guarnição militar, bem como dos oficiais da governança e justiça, a capela de Santo Antônio recebia ajuda proveniente dos bens

da Fazenda Real, sobretudo para o pagamento do capelão dessa irmandade. Este religioso exerceria sua função independente do vigário da freguesia ou da vara, privilégio que gozam as capelas de real proteção régia.

A formalização da Irmandade Militar de Santo Antônio de Lisboa possibilitou a realização com sucesso dos festejos realizados todos os anos, no mês de junho, em honra ao orago dessa associação. Esse ato serviria significativamente para zelar dos cultos ao mesmo santo, dos rendimentos de toda a corporação, através da elaboração do compromisso e dos livros necessários às eleições e aos registros das receitas e despesas, inventários e pagamentos dos anuais e demais ofertas ao santo. Essa confraria passou a representar todos os corpos militares da capitania de Mato Grosso e Cuiabá, como uma identidade de grupo relacionada à defesa desse espaço fronteiriço.

No primeiro capítulo do compromisso da Irmandade Militar de Santo Antônio de Lisboa estabeleceu-se que o Governador e Capitão-General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, por ter sido o fundador e benfeitor dessa confraria, seria o “perpétuo provedor” da irmandade, para que debaixo de sua inspeção e desvelo, bem como de seus sucessores à frente da capitania, conseguisse progressivo aumento dos seus membros e sua manutenção (Capítulo 1º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 55 – nº 1067).

Como uma confraria militar, o seu conjunto de membros continha todos aqueles homens que já estivessem servindo no corpo militar da capitania, a exemplo dos dragões e pedestres. Os homens que se tornassem soldados já estavam relacionados no rol de irmãos, até que dessem baixas de seus cargos militares ou falecessem. Por outro lado, também eram membros os governadores e capitães-generais, oficiais de engenharia e artilharia, provedores da Real Fazenda, ouvidores gerais das tropas, secretários de governo, oficiais da Provedoria da Fazenda Real e da Casa de Fundação (Capítulo 2º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 55 – nº 1067).

A insígnia da Irmandade Militar de Santo Antônio de Lisboa era uma verônica de prata, que se traria pendente de uma fita ao peito nas funções da mesma Irmandade. Esse símbolo era utilizado desde o ano de 1781, demonstrando que a formação dessa confraria era anterior à data de confirmação de seu compromisso. Aquelas medalhas foram repartidas por Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, no mencionado ano, durante os festejos e trezena em honra ao santo advogado e patrono dos militares, na sua capela, em Vila Bela da Santíssima Trindade, edificada no fim da rua que é nomeada com o mesmo desse santo (AMADO & ANZAI, 2006, p. 226).

A Irmandade Militar de Santo Antônio perdurou por mais algumas décadas, contudo já na década de 1840, relatou o Bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis, ao Presidente da Província de Mato Grosso, José Gomes Jardim, sobre a quase extinção da Irmandade Militar de Santo Antônio em Vila Bela da Santíssima Trindade. Depois de averiguar a situação em que se encontrava a confraria, bem como seus documentos e condições do templo, percebeu D. José Antônio dos Reis que o quadro crítico em que se encontrava essa instituição era devido ao fato de não haver mais naquela cidade a Corporação Militar dos Dragões e Pedestres, cujos membros formavam a dita irmandade. Por outro lado, argumentava que mesmo tendo sido ereta debaixo da proteção régia, pouco foi beneficiada essa confraria com essa mercê, tendo em vista que sua igreja encontrava-se como uma “propriedade pública”, e deveria estar inteiramente sujeita às leis comuns da disciplina eclesiástica. Sugeriu o bispo que o corpo militar erigisse uma nova irmandade, inclusive adotando o mesmo orago e compromisso, ficando a igreja de Santo Antônio sujeita às orientações do Bispado de Cuiabá (ACBM/IPDAC Pasta 55 – nº 1068).

Os festejos em honra a Santo Antônio

A análise das festas constitui-se num espaço fecundo para o entendimento dos processos de mudanças sociais e até da construção de tradições, ocupando lugar importante na historiografia atual. Esse campo de estudos perpassa a trajetória da historiografia contemporânea, na proliferação de objetos voltados para o social. Trilhando pelos caminhos da História Cultural, as festas exibem, em nosso estudo, seus sentidos sociais ao destacar a Irmandade Militar de Santo Antônio de Lisboa como espaço privilegiado de sociabilidades e de constituição de identidades. No entanto, as vivências festivas eram praticadas em cenários coloniais de grande heterogeneidade social, engendrados por europeus, indígenas, negros e mestiços, que imprimiam em suas ações tonalidades de sentidos diversos (SOUZA, 2006, p. 31).

As festividades em honra a Santo Antônio de Lisboa eram iniciadas com uma trezena desde o dia primeiro de junho até o dia 13, dia do santo. Nesse período de orações e cantos participavam os moradores da vila, arraiais, sítios e fazendas, e conforme os Anais de Vila Bela do ano 1777 “... de forma que em todas as festividades a trezena se encheu de povo esta Capital, que jamais teve dias tão alegres e cheios de divertimentos, publicados por um bando de máscaras no dia 22 de maio” (AMADO & ANZAI, 2006, p. 210).

Na véspera do dia de Santo Antonio do ano de 1777, os céus de Vila Bela da Santíssima Trindade ficaram iluminados por fogos de artifício por quase três horas. No dia seguinte houve cavalhadas, com vinte cavaleiros que formavam duas alas, uma composta por homens vestidos de azul, e outra de homens vestidos de vermelho. Foi um dia de muito festejo, durante o qual foram apresentadas também “óperas, comédias”, e que, com as outras festividades, foram cheios de “farsas, de muitas máscaras” (AMADO & ANZAI, 2006, p. 211). O público da festa era diversificado, com destaque para a participação do governador e das famílias mais abastadas, vestindo suas melhores roupas. No palácio do capitão-general “houve um grande panegírico”, e em seguida “deu Sua Excelência jantar com a costumada grandeza, como também ceia, fazendo-se todo o festejo do dia seis; e repetindo-se, em ambas, várias poesias”(Idem, p. 211).

Em 1779, quando do lançamento da primeira pedra da capela em honra a Santo Antônio de Lisboa que contou com o auxílio financeiro da “nobreza da terra” e contribuições do povo, “no alicerce de um ângulo da capela-mor”, o governador e capitão-general Luís de Albuquerque lançou “algumas marcas de prata, que mandou lavrar com as armas reais, e uma esfera com declaração do ano 1779, mandando repartir outras muitas pela nobreza”(AMADO & ANZAI, 2006, p. 219-220).

A capela dedicada a Santo Antonio estava localizada junto ao rio Guaporé,

[...] no fim da rua que já se denominava de Santo Antônio. Vai principiada com tanta segurança que se não pode temer que as inundações lhe causem alguma ruína. Para ela deu Sua Excelência uma grande esmola, seguindo esse exemplo de devoção os oficiais da provedoria e todo corpo militar, do qual se presume que o mesmo santo fica sendo protetor e patrono (AMADO & ANZAI, 2006, p. 220).

Aos poucos, os lugares passam de pontos de referência, de organização social, para uma ampla rede de significados, que lhes eram atribuídos no transcorrer da vida cotidiana. Os agentes metropolitanos, bem como religiosos, luso-brasileiros, reocupavam esse território, reterritorializando suas devoções, construindo pertencimentos. Construir uma capela em homenagem a Santo Antonio, protetor de Lisboa, reforçava laços com Portugal e com a religião. Ao nomear espaços e prestar homenagem aos santos, instaurava-se outra temporalidade, aquela advinda da interrupção das atividades cotidianas, da celebração religiosa da memória de um santo, do festejar, do momento de conagração, mesmo que efêmero.

A imagem de Santo Antônio foi entronizada em sua capela apenas em 1781, e houve trezena em sua homenagem. A imagem foi carregada em procissão pelas principais ruas da vila, percorrendo e demarcando territórios. Na procissão, a participação dos principais representantes do poder metropolitano, da capitania de Mato Grosso e da Igreja Católica. Nesse cortejo, os poderes se explicitavam:

[houve] uma luzida procissão, dando Sua Excelência a mais exemplar edificação em pegar no andor do mesmo santo, com os ministros e oficiais militares mais graduados [...] Continuou a festividade com a maior magnificência e luzimento, mandando Sua Excelência distribuir grande quantidade de medalhas ou verônicas de ouro e prata por toda a nobreza e militares, que as puseram muito gostosamente nos peitos, como insígnias da irmandade, e quase como de uma ordem militar, que tem no santo um grande general e o mais famoso protetor (AMADO & ANZAI, 2006, p. 227).

Além da procissão, fogos de artifício e luminárias clareavam as ruas, e nos dias da trezena apresentaram-se quatro óperas. No pátio em frente à capela de Santo Antônio de Lisboa, a guarnição de dragões e auxiliares postou-se solenemente com duas peças de artilharia, e no pórtico da capela-mor havia elogios escritos ao santo, com mensagens devotas dos moradores e do governador e capitão general Luís de Albuquerque, principal devoto e responsável pelo dístico colocado em homenagem ao santo. Em seguida a essas festividades houve jantar no palácio dos governadores, oferecido às famílias mais abastadas e demais representantes da Coroa lusa (AMADO & ANZAI, 2006, p. 227-228).

As festas em homenagem a Santo Antonio eram muito concorridas, e para seu brilho contribuía o governador, ministros, militares, “nobreza da terra”, sob a coordenação da Irmandade de Santo Antônio de Lisboa. Pelo fato do santo ser patrono dos militares, a tropa ficava sempre apostada diante da capela, e dava salva real. Logo após os ritos e funções religiosas, como era comum acontecer, no ano de 1782 foi oferecido “um suntuoso e magnífico jantar, na forma dos mesmos anos antecedentes, tudo com muito júbilo, alegria e animação”(AMADO & ANZAI, 2006, p. 232).

Os registros sobre a festa em homenagem a Santo Antonio variam de acordo com o escrevente. Nos anos de 1787 e 1788, contamos com detalhes sobre os festejos que são bastante elucidativos:

No dia 13 de junho celebrou-se, na capela de Santo Antônio, a festividade ao mesmo santo, com a maior solenidade e grandeza, precedendo a sua trezena, da mesma sorte. Assim sendo, Sua Excelência saiu do palácio na sua carruagem, pelas 9 horas da manhã, acompanhado da sua guarda militar. Foi recebido, apostada na mesma capela, com as conveniências devidas ao

mesmo militar, e de todas as irmandades do mesmo santo, de que é protetor, e o mais exemplar devoto; também dos ministros, oficiais militares e nobreza, ministrando água benta o padre vigário, paramentado de capa e asperge, e a [ilegível]... de todos os mais, havendo na mesma o mais primoroso concurso de ambos os sexos, uma festa com solene procissão ao redor da capela. E no ato dela se deu uma salva de artilharia, com as mais continências devidas. [...] Recebendo Sua Excelência, em seu palácio deu um magnífico e bem ordenado jantar a todos os ministros, oficiais e nobreza que para isso tenha feito convidar. [...] Foi juiz nessa festa, no presente ano, Vitoriano Lopes de Macedo, natural de Vila Bela, que Sua Excelência nomeou tenente ajudante-de-ordens, sendo servido com boa satisfação os postos de alferes e de tenente dos dragões e outros, nos corpos de ordenação a auxiliares do mesmo juiz, tanto na ação de pôr o mastro, como nos dias da trezena e tarde do dia do santo. Celebrou a festividade com várias danças e comédias e com vistosa iluminação e fogo de cor, com grande despesa sua (AMADO & ANZAI, 2006, p. 266-267).

As festas religiosas foram momentos privilegiados para a exibição dos símbolos sociais de distinção no espaço da vila capital. A procissão aparece como o principal símbolo a produzir a diferenciação entre os grupos sociais, pois era organizada e fragmentada por situação sócio-econômica, de acordo com a posição que cada indivíduo ocupava naquela sociedade colonial. Quando do momento de circularem a capela de Santo Antônio, os ocupantes de cargos político-administrativos seguiam sempre à frente, junto ao governador e capitão general, que, inclusive, ajudava a carregar o andor do santo. Seguiam-se as irmandades religiosas, famílias abastadas da vila capital e dos arraiais e povoações próximas e, nas últimas posições, apareciam livres pobres, alforriados, escravos e indígenas. Este esquema organizativo era comumente seguido nas demais “santas festas” dos oragos católicos.

Considerações Finais

As festas e celebrações ocorridas em Vila Bela da Santíssima Trindade atuaram como produtoras de uma memória religiosa e de uma cultura política importantes para a Igreja e para Portugal, pois as festas religiosas estruturam e dominam o tempo, o calendário, pela comemoração periódica dos principais eventos da história da salvação, sendo esta História Sagrada a principal “memória coletiva” das sociedades americanas. A adesão à mesma fé funda um único povo cristão e unifica sociedades divididas por múltiplas clivagens. Na mesma direção, a cultura política exerceu papel fundamental na criação de identidades e de sentidos de pertencimento, bem como na legitimação de regimes e valores, para tornar mais próximo quem estava distante.

Apesar de parecerem como um padrão ordenador, esses programas festivos e celebrativos ganharam tonalidades locais, sofrendo adaptações diversas, conforme cada contexto. As expectativas dos grupos sociais coloniais frente a essas manifestações culturais da monarquia lusitana também eram diversas, e apesar da documentação analisada não mencionar revoltas, agitações populares ou aspectos relacionados a grupos menos favorecidos, como os escravos e indígenas, o silêncio não descarta leituras ressignificativas dessas orientações de condutas gerais.

Essas manifestações, dedicadas aos oragos católicos tinham sua data fixada segundo o calendário litúrgico, e por isso eram denominadas “festas ordinárias”, e muitas delas marcaram o cenário vilabelense. Essas manifestações religiosas proporcionavam momentos de pausa ao movimento regular e tenso do trabalho diário.

Nas vilas coloniais, o centro das festividades eram as igrejas, locais onde se realizavam os ofícios litúrgicos, se recitavam ladainhas e se entoavam cânticos. Essas manifestações de fé contavam com a atuação das irmandades religiosas, responsáveis que eram também por sua promoção e organização, juntamente com a Câmara, que aproveitava esses momentos para exibir as insígnias do poder metropolitano e dos poderes locais.

As festas também se apresentaram como lugares privilegiados para a observação das vivências do catolicismo, pois tornavam visíveis os signos da religiosidade dos grupos. Nesses eventos, as relações, tanto entre o santo com o devoto e deste com seus semelhantes eram manifestadas de forma pública, que reforçava a tradição do povo e reafirmava as sociabilidades dos grupos para com as vizinhanças. Os espaços onde aconteciam as festas tornavam-se o epicentro de toda a região nos dias dos festejos, tornando-se local de conagração efervescente e de devoção. Ali se ordenava o cotidiano das pessoas que habitavam o lugar ou que mantinham relações com ele (COELHO, 2001, p. 920; SANCHIS, 1992, p. 40).

A Irmandade Militar de Santo Antônio de Lisboa, bem como as demais confrarias existentes na capitania de Mato Grosso, possuía seu lugar social de produção e constituição, representativo das atividades de seus membros, que eram explicitados nas ocasiões festivas e celebrativas. Os militares eram tidos como fundamentais para a guarnição de uma área de fronteira e de mineração. O reforço do sentimento de pertencimento ao segmento militar através de uma irmandade ocorreu por meio do auxílio, do reforço de práticas religiosas constituidoras de identidades. Desta maneira, esses indivíduos estariam ligados entre si, constituindo, configuração específica.

Referências Bibliográficas

AMADO, Janaina; ANZAI, Leny Caselli. *Anais de Vila Bela (1734-1789)*. Cuiabá: Ed. UFMT, 2006.

AMADO, Janaina; ANZAI, Leny. *Luís de Albuquerque: viagens e governo na capitania de Mato Grosso / 1771-1791*. São Paulo: Versal, 2014.

BOXER, C. R. *O Império Marítimo Português: 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, 2012.

COELHO, Geraldo Mártires. Catolicismo devocional, festa e sociabilidade: o culto da virgem de Nazaré no Pará colonial. In: JANCSON, István e KANTOR, Iris (orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. Vol. II. São Paulo: EdUSP: FAPESP: Imprensa Oficial, 2001.

GOMES, José Eudes. *As Milícias D'El Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

JESUS, Nauk Maria de. Organização Militar. In: JESUS, Nauk Maria de (org.). *Dicionário de História de Mato Grosso: período colonial*. Cuiabá: Carlini e Caniato, 2011.

SANCHIS, Pierre. *Arraial: festa de um povo – romarias portuguesas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

SILVA, Luiz Geraldo. Cooperar e dividir: mobilização de forças militares no Império português (séculos XVI e XVII). In: DORÉ, Andréa, LIMA, Luís Filipe Silvério, SILVA, Luiz Geraldo (orgs.). *Facetas do Império na História: conceitos e métodos*. São Paulo: Hucitec, 2008.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ARTIGO RECEBIDO EM: 13/03/2015
ARTIGO APROVADO EM: 23/06/2015